



**Processo nº:** 9.349/13

**Origem:** Secretaria de Estado de Esporte – SESP/DF

**Assunto:** Representação

**Ementa:** Representação nº 08/13-CF. Possíveis irregularidades na adesão à ARP nº 0171/11-SRP/SALC. Autorização de inspeção (Decisão nº 969/13). Relatório de Inspeção nº 09/13 – 1ª DIACOMP/SEACOMP. Possíveis irregularidades.

A Secretaria de Acompanhamento sugere suspensão de pagamentos e oitiva da jurisdicionada e da contratada.

Voto parcialmente convergente, sem a suspensão de pagamentos.

## **RELATÓRIO**

Trata-se, na oportunidade, do exame da Representação nº 08/2013 – CF, questionando a adesão à Ata de Registro de Preços – ARP resultante do Pregão Eletrônico – PE nº 0171/2011-SRP/SALC, do Ministério da Defesa, por parte da Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal – SESP/DF.

O Tribunal, nos termos da Decisão nº 969/13, autorizou inspeção para o exame da matéria, cujos resultados são ora apresentados pela SEACOMP, nos termos do Relatório de Inspeção nº 09/13 – 1ª DIACOMP/SEACOMP, *in verbis*:

### **TEOR DA REPRESENTAÇÃO Nº 08/2013 – CF**

4. O *Parquet* informa que diligenciou à Secretaria de Estado de Esporte, após publicação da aludida adesão no DODF nº 13, de 17.01.2013, solicitando cópia do processo administrativo que tratava da contratação, o qual foi anexado a estes autos, fl. 03.

5. Argumenta que, sem maiores justificativas, citada Secretaria manifestou interesse em aderir à ARP e solicitou autorização ao órgão gestor e à empresa detentora da ata, no que foi atendida por meio dos documentos de fls. 98/99 – Anexo I.

6. Observa que, posteriormente ao interesse na adesão, foi acostado ao processo Projeto Básico – PB tendo por objeto a “contratação de empresa para execução de serviços de engenharia de manutenção corretiva e correlatos”. Afirma que, fl. 03-v:

Tentou-se, ainda, limitar as ações possíveis àquelas de reparo, e para tal a exigência intrínseca da ocorrência de dano ou melhoria



de algo, salientando a ocorrência daqueles de conservação e manutenção. No entanto, o Anexo II, que reproduz a ata a ser aderida, dá conta de serviços de obra, tais como demolição, serviços de instalação e outros. A fls. 640/654, há uma pequena amostra dos reparos a realizar, bem diferentes, a princípio, do objeto da Ata aderida: troca de lâmpadas, limpeza de calçadas para pista de atletismo, reposição de lixeiras de plástico (atividade que nada tem a ver com o objeto contratado), recarga de extintores, instalação de ganchos para fixar raias de piscinas, trocar tubulação da piscina de salto, instalar ralo, etc.

7. Notícia que, segundo a SESP, houve pesquisa dos preços registrados, mas esses foram maiores que os constantes da ARP. Assim, o contrato foi assinado, em novembro de 2012, com a empresa MC Incorporação e Consultoria Ltda., detentora da Ata, e em 2013 já foram empenhados R\$ 1.803.592,80 (um milhão, oitocentos e três mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), fl. 03-v.

8. Destaca procedimentos a serem observados para adesão à ARP, veiculados por meio do Decreto Distrital nº 33.662/2012, em especial os artigos 3º a 6º, fls. 03-v/04-v.

9. Argumenta que o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 2764/2010 – Plenário, fls. 04-v/05:

[...] delineou alguns requisitos para contratação por meio de adesão a ata de registro de preços: formalização prévia do termo de caracterização do objeto, apresentação de justificativas para a contratação e a adequação do objeto ao interesse da administração “em obediência ao disposto nos art. 14 e 15, § 7º, inciso II, da Lei n. 8.666/1993”, realização de pesquisa de preços “com vistas a verificar a compatibilidade dos valores dos bens a serem adquiridos com os preços de mercado e a comprovar a vantagem para a Administração, mesmo no caso de aproveitamento de Ata de Registro de Preços de outro órgão da Administração Pública, em cumprimento ao art. 15, § 1º, da Lei n. 8.666/1993” e vedação à contratação de quantidade superior ao registrado em ata.

10. No mesmo sentido, cita excerto da Decisão nº 1806/2006, prolatada no Processo nº 35501/2005 – TCDF, em resposta à consulta formulada pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal “quanto à possibilidade de os órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal utilizarem-se de Sistemas de Registro de Preços mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública de outros entes da federação”, fl. 05.

11. Traz à discussão importante questionamento acerca do quantitativo contratado, questionando se “poderia a SESP/DF celebrar contrato em quantidade superior ao contratado pelo órgão que efetivamente licitou?” e afirmando que “a resposta é, inapelavelmente, negativa”, fl. 05.



12. Cita trechos do Acórdão nº 1233/2012 – TCU para concluir que “a soma dos quantitativos de todos os contratos derivados da ata não deve ser superior ao máximo previsto no edital”, fl. 05/06.

13. Defende que “quem adere a ata de registro de preço, deve planejar a contratação e demonstrar a vantajosidade da adesão, com restrições quanto ao quantitativo máximo previsto no edital da referida licitação”, fl. 06.

14. Registra posicionamento do Procurador Demóstenes Trêz Albuquerque acerca do procedimento de adesão a ARPs, externado no Parecer nº 763/2011-DA, onde ele defende que “essa modalidade de contratação pode representar a possibilidade de ocorrência de fraude ao devido processo licitatório”, fls. 06-v/07.

15. Argumenta que faltam “informações detalhadas acerca das reais necessidades dos serviços de conservação, manutenção corretiva e correlatos. Isso porque estão incluídos no projeto básico centros olímpicos que sequer foram inaugurados (entregues à sociedade), a exemplo dos localizados em Ceilândia (QNO 09), Planaltina e Sobradinho [...], bem como os recentemente inaugurados (Estrutural e Brazlândia)”, fl. 07.

16. Por fim, o MPJTCD, “em face dos valores envolvidos e da ausência de planejamento da contratação e de comprovação das reais necessidades dos serviços contratados, requer seja examinado o contrato em comento, com a finalidade de aferir a regularidade e a vantajosidade dessa contratação, sob a ótica das normas e dos princípios que regem a contratação pública”, fls. 07/07-v.

#### **DA ADESÃO À ARP**

17. O procedimento de adesão à ARP resultante do Pregão Eletrônico nº 0171/2011-SRP/SALC, do Ministério da Defesa, por parte da SESP, apresenta fortes indícios de graves irregularidades por não atender aos normativos de regência e à boa prática administrativa, como será exposto a seguir.

18. Preliminarmente, observamos que os itens previstos na Ata referem-se a serviços de engenharia e materiais. Em que pese a existência de discussão doutrinária a respeito de se poder ou não adotar o registro de preços para **serviços de engenharia**, entendemos que no presente caso tais serviços podem ser enquadrados como comuns, já que se referem a reparos e conservação de obras de edificações. Assim, conforme dispôs o TCU, por meio da Súmula nº 257/2010, “o uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002”.

19. Quanto à possibilidade de adesão a Atas de Registro de Preços, conforme citou o MPJTCD, esse tema já foi objeto de discussão neste Tribunal que, por meio da Decisão nº 1806/2006, a reconheceu, desde que expresse pesquisa de mercado promovida no Distrito Federal e atenda aos



requisitos exigidos pela legislação de licitações, ainda que a Ata seja de outro ente da Federação.

20. Destacamos que, como salientado pelo *Parquet*, à época da contratação vigorava no âmbito do Poder Executivo do Distrito Federal o Decreto nº 33.662/2012, o qual estabelecia em seu Capítulo I, procedimentos a serem observados para adesão à ARP:

#### Capítulo I

#### DOS PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO MEDIANTE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 3º **As adesões** de que trata o caput do artigo 1º **estão limitadas a atas da Administração Pública Federal e do Distrito Federal.**

[...]

Art. 4º **Os processos administrativos relativos a adesões a atas de registro de preços deverão demonstrar:**

I – justificativa da adoção do sistema de registro de preços em detrimento de regular procedimento licitatório;

II – restrição a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ata de registro de preços, por órgão ou entidade;

III – comprovação da vigência da ata de registro de preços, que não poderá exceder a 12 (doze) meses;

IV – pretensão de adesão à ata de registro de preços que tenha licitado quantidade igual ou superior à estimativa da própria demanda do órgão;

V – termo de referência que demonstre a adequação da demanda às especificações constantes do edital da ata de registro de preços;

VI – comprovação da compatibilidade do preço com os praticados no mercado;

VII – comprovação de vantajosidade na adesão à ata de registro de preços;

VIII – obediência às regras de pagamento estipuladas pelo órgão gerenciador da ata no edital;

IX – demonstração de ausência de prejuízo à contratação original, se for o caso;

X – comprovação de existência de recursos orçamentários para atender à demanda;

XI – instrução do processo com cópias do edital, da ata de registro de preços à qual se pretende aderir e dos atos de adjudicação e homologação publicados na Imprensa Oficial;



XII – minuta contratual em conformidade com o edital e com a ata de registro de preços;

XIII – manifestação de interesse da autoridade competente em aderir à ata de registro de preços, dirigida ao órgão gerenciador e ao fornecedor adjudicante;

XIV – anuência do órgão gerenciador da ata;

XV – assentimento do fornecedor e cópia da proposta formal, contendo as especificações, as condições e os prazos para o fornecimento dos bens ou serviços, em conformidade com o edital e a ata de registro de preços;

XVI – documento de representação devidamente autenticado;

XVII – prova da regularidade jurídica, fiscal e econômico financeira.

XVIII – manifestação conclusiva da assessoria jurídica ou unidade similar do órgão ou entidade que pretender a contratação; e

XIX – cumprimento dos demais requisitos legais, porventura aplicáveis, contidos no Decreto Federal nº 3.931/2001, recepcionado pelo Decreto nº 22.950, de 08 de maio de 2002.

[...] (grifamos)

21. Iniciando a análise, observamos que, conforme bem aduzido pelo MPJTCDF na exordial, “sem maiores justificativas, em outubro de 2012, o DF manifesta interesse em aderir à Ata de Registro de Preços oriunda do PE nº 017/2011”, fls. 03/03-v.

22. De fato, o modo como foi instruído o processo administrativo de contratação (Anexos I, II e III), revela que **não houve prévio planejamento**. Vejamos.

23. O Processo SESP nº 220.000.981/2012 (anexos I, II e III) inicia-se com o Memorando nº 146/2012-SUBSAE/SESP, de 24.10.2012, fl. 01 – Anexo I, encaminhado pelo Subsecretário de Esporte e Lazer ao Subsecretário de Administração Geral da Pasta, com o seguinte teor:

1. **Solicito a Vossa Senhoria providenciar à Adesão da Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico nº 017/2011-SRP-SALc, do Hospital de Guarnição de Porto Velho do Comando Militar da Amazônia do Ministério da Defesa**, para contratação de empresa de serviços/obras/fornecimento de materiais, conforme art. 8º, § 1º, do Decreto nº 3.931 de 19 de setembro de 2001 e alterado pelo Decreto nº 4.342/2002.

2. **Informo que a pretensão em aderir à mencionada Ata de Registro de Preços visa proceder à manutenção preventiva/corretiva das vilas olímpicas do Governo do Distrito Federal**, sob a coordenação desta Secretaria. (grifamos)



24. Por meio dos Ofícios nº 440 e 442/2012 – SUAG/SEsp, fls. 02/03 – Anexo I, o Subsecretário de Administração Geral consultou a empresa MC Incorporação e Consultoria Ltda. se havia interesse em fornecer os itens previstos na ARP à SESP, bem como solicitou autorização para a respectiva adesão ao órgão gerenciador da Ata.

25. Apenas em seguida acostou-se ao processo de contratação o Projeto Básico, fls. 04/97 – Anexo I, relacionando-se os Centros Olímpicos sob responsabilidade da Secretaria de Esporte onde os serviços deveriam ser executados.

26. Chama a atenção o fato de que os itens 2 e 3 do PB já trazem uma justificativa para a adesão e o seu anexo “descrição dos itens e quantitativos”, fls. 81/97 – Anexo I, arrola exatamente os mesmos itens e quantitativos previstos na ARP aderida, demonstrando que **o Projeto Básico foi formulado a partir da Ata e não de modo prévio e adequado às necessidades da Secretaria de Esporte, como deveria.** Afigura-se inconcebível a demanda da SESP para atender centros olímpicos ser exatamente a constante de uma Ata derivada de um processo licitatório que objetivava viabilizar manutenções e reformas de um hospital.

27. Esse fato atesta uma inversão no trâmite correto de uma contratação dessa natureza. Isto é, em condições regulares, o órgão efetuará um levantamento das suas necessidades e preparará um PB (fase interna da licitação) para, em passo seguinte, iniciar procedimento licitatório (fase externa) ou, se fosse mais vantajoso, aderir a uma ARP vigente que atendesse aos itens necessários e ao quantitativo desejado.

28. Nesse sentido, reproduzimos alguns entendimentos do Tribunal de Contas da União – TCU:

Acórdão nº 1.233/2012 – Plenário

[...]

9.3.3.1. **o planejamento da contratação é obrigatório**, sendo que se o objeto for solução de TI, caso seja integrante do Sisp, deve executar o processo de planejamento previsto na IN - SLTI/MP 4/2010 (IN - SLTI/MP 4/2010, art. 18, inciso III) ou, caso não o seja, **realizar os devidos estudos técnicos preliminares (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX);**

9.3.3.2. devem demonstrar formalmente a vantajosidade da adesão, nos termos do Decreto 3.931/2001, art. 8º;

9.3.3.3. as regras e condições estabelecidas no certame que originou a ata de registro de preços **devem ser conformes as necessidades e condições determinadas na etapa de planejamento da contratação** (Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX, alínea d, c/c o art. 3º, § 1º, inciso I, e Lei 10.520/2002, art. 3º, inciso II); (grifamos)



Acórdão nº 2.764/2010 – Plenário

[...]

9.2. determinar ao [...] que:

9.2.1. **formalize, previamente às contratações por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços, o termo de caracterização do objeto a ser adquirido, bem como apresente as justificativas contendo o diagnóstico da necessidade da aquisição e da adequação do objeto aos interesses da Administração,** em obediência ao disposto nos art. 14 e 15, § 7º, inciso II, da Lei n. 8.666/1993; (grifamos)

29. Prosseguindo, constatamos que a “descrição dos itens e quantitativos”, constante do Projeto Básico, fls. 81/97 – Anexo I, não os detalham em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, conforme dispõe o § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/1993:

Art. 7º [...]

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

[...]

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

30. Assim, a “descrição dos itens e quantitativos”, além de não atender a Lei de Licitações, não é suficientemente completa, o que dificulta não só o controle da execução, como também a verificação da adequação dos preços ao de mercado e até mesmo a apresentação de propostas por parte de empresas interessadas.

31. No que concerne à justificativa de preços, a SESP realizou pesquisa de mercado junto às empresas Visão Construtora Ltda., Master Tecnologia e Sistemas Ltda. e Mídia Engenharia e Consultoria Ltda., fls. 479/560 – Anexos II/III, realizando comparativo de preços entre as propostas, que foram superiores à ARP, às fls. 561/585 – Anexo III.

32. Destacamos que as atividades econômicas **principais** das empresas Visão, Master e Mídia, registradas por meio do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ junto à Receita Federal do Brasil são: investimentos em aplicações financeiras, consultoria em tecnologia da informação e serviços de engenharia, respectivamente, fls. 27/30.

33. Ao tabularmos a pesquisa realizada pela SESP identificamos que a diferença de preço entre cada uma das propostas apresentadas pelas empresas e a registrada na Ata obedece a uma diferença constante para vários itens consecutivos, conforme exemplo a seguir, extraído da planilha acostada às fls. 31/40:

Valores unitários da empresas	Valores unitários	Diferenças percentuais
-------------------------------	-------------------	------------------------





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

e-DOC DFFBE529

Proc 9349/2013

Fls.: 76

Proc.: 9.349/13

Rubrica

Item	Visão (V)	Master (M)	Mídia (I)	ARP (A)	V/A	M/A	I/A
1	14,48	14,64	14,88	13,79	5,0%	6,2%	7,9%
2	2,29	2,31	2,35	2,18	5,0%	6,0%	7,8%
3	166,94	168,77	171,52	158,99	5,0%	6,2%	7,9%
4	76,86	77,70	78,97	73,20	5,0%	6,1%	7,9%
5	16,56	16,74	17,01	15,77	5,0%	6,2%	7,9%
6	6,27	6,34	6,44	5,97	5,0%	6,2%	7,9%
7	21,53	21,76	22,12	20,50	5,0%	6,1%	7,9%
8	5,82	5,88	5,98	5,54	5,1%	6,1%	7,9%
9	26,13	26,42	26,85	24,89	5,0%	6,1%	7,9%
10	9,45	9,55	9,71	9,00	5,0%	6,1%	7,9%
11	12,60	12,74	12,95	12,00	5,0%	6,2%	7,9%
12	6,83	6,90	7,01	6,50	5,1%	6,2%	7,8%
13	15,19	15,36	15,61	14,47	5,0%	6,2%	7,9%
[...]							
147	55,41	55,90	58,05	53,81	3,0%	3,9%	7,9%
148	133,67	134,85	140,03	129,80	3,0%	3,9%	7,9%
149	264,15	266,49	276,72	256,51	3,0%	3,9%	7,9%
150	62,46	63,01	65,43	60,65	3,0%	3,9%	7,9%
151	104,08	105,00	109,03	101,07	3,0%	3,9%	7,9%
152	65,70	66,28	68,83	63,80	3,0%	3,9%	7,9%
153	90,52	91,32	94,83	87,90	3,0%	3,9%	7,9%
154	391,32	394,78	409,94	380,00	3,0%	3,9%	7,9%
155	242,52	244,66	254,06	235,50	3,0%	3,9%	7,9%
156	2.456,07	2.477,78	2.572,94	2.385,00	3,0%	3,9%	7,9%
157	3.892,64	3.927,04	4.077,86	3.780,00	3,0%	3,9%	7,9%
158	3.336,55	3.366,04	3.495,31	3.240,00	3,0%	3,9%	7,9%
159	863,70	871,34	904,80	838,71	3,0%	3,9%	7,9%
[...]							
327	26,86	27,10	26,97	25,00	7,4%	8,4%	7,9%
328	92,19	93,00	92,56	85,80	7,4%	8,4%	7,9%
329	106,02	106,95	106,45	98,67	7,4%	8,4%	7,9%
330	78,36	79,05	78,68	72,93	7,4%	8,4%	7,9%
331	96,80	97,65	97,19	90,09	7,4%	8,4%	7,9%
332	12,89	13,01	12,95	12,00	7,4%	8,4%	7,9%
333	63,38	63,94	63,64	58,99	7,4%	8,4%	7,9%
334	40,34	40,69	40,50	37,54	7,5%	8,4%	7,9%
[...]							
392	452,13	455,49	453,10	420,00	7,7%	8,5%	7,9%
393	2.551,31	2.570,27	2.556,76	2.370,00	7,7%	8,5%	7,9%
394	667,43	672,39	668,86	620,00	7,7%	8,5%	7,9%
395	2.906,55	2.928,15	2.912,76	2.700,00	7,7%	8,5%	7,9%





396	667,43	672,39	668,86	620,00	7,7%	8,5%	7,9%
397	5.570,89	5.612,29	5.582,79	5.175,00	7,7%	8,5%	7,9%
398	667,43	672,93	668,86	620,00	7,7%	8,5%	7,9%
399	5.651,63	5.693,63	5.663,70	5.250,00	7,7%	8,5%	7,9%
400	667,43	672,39	668,86	620,00	7,7%	8,5%	7,9%
401	6.674,30	6.723,90	6.688,56	6.200,00	7,7%	8,5%	7,9%
[...]							
433	557,63	563,52	577,16	535,00	4,2%	5,3%	7,9%
434	12,51	12,64	12,95	12,00	4,3%	5,3%	7,9%
435	72,41	73,17	74,94	69,47	4,2%	5,3%	7,9%
436	36,48	36,87	37,76	35,00	4,2%	5,3%	7,9%
437	390,86	394,99	404,55	375,00	4,2%	5,3%	7,9%
438	5,11	5,16	5,29	4,90	4,3%	5,3%	8,0%
439	161,55	163,25	167,20	154,99	4,2%	5,3%	7,9%
440	125,07	126,39	129,45	119,99	4,2%	5,3%	7,9%
441	328,29	331,76	339,79	314,97	4,2%	5,3%	7,9%
442	4,14	4,18	4,28	3,97	4,3%	5,3%	7,8%
443	32,38	32,73	33,52	31,07	4,2%	5,3%	7,9%
444	25,09	25,35	25,97	24,07	4,2%	5,3%	7,9%
445	260,56	263,31	269,69	249,99	4,2%	5,3%	7,9%

34. A diferença de preço entre a proposta da empresa Mídia e o valor registrado na Ata é de 7,9% para a quase totalidade dos itens. No caso das empresas Visão e Master a diferença **média** é de 4,5% e 5,5%, respectivamente.

35. A fim de verificarmos a adequação dos preços constantes da ARP, cotejamos alguns preços registrados com os constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. Destacamos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO federal, desde sua edição anual de 2003, determina que os custos do SINAPI sejam utilizados como referências para a razoabilidade de preços de obras públicas executadas com recursos federais do Orçamento Geral da União. Referido sistema também foi adotado por esta Corte para análise de conformidade de preços em virtude da Decisão nº 4033/2007:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: [...] VII. dar conhecimento a todas as Jurisdicionadas do item “II.a” da Decisão nº 5.745/05, qual seja: “em relação a obras de edificações, o Tribunal adotará, sempre que possível, para análise da conformidade dos preços, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal, e considerará que os custos unitários de materiais e serviços de obras não poderão ser superiores à mediana daqueles constantes do referido sistema, exceto em condições especiais, devidamente justificadas



em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo;

36. Um exemplo tomado foi o item 64, fl. 82 – Anexo I, “serviço de execução de contrapiso”. Do modo como o serviço está descrito na Ata não é possível identificar requisitos básicos de precificação, como: proporção do traço, tipo de preparo (manual ou mecânico), espessura do contrapiso, etc. Assim, ao buscarmos o preço do serviço citado no SINAPI não foi possível precisar, de fato, qual o serviço contratado pela SESP. Porém, o valor disposto na ARP é bastante superior ao maior valor constante do SINAPI.

37. Releva destacar que a composição do SINAPI, como podemos observar na tabela a seguir, engloba materiais e serviços. Já o item da Ata se refere apenas a serviços, pois os materiais são cobrados a parte.

73919/	1	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 6C M2				
M. PREPARO MANUAL						
C	73449	ARGAMASSA CIMENTO/AREIA 1:4 - PREPARO MANUAL - P	M3	0.0600000	310.06	18.60
I	4750	PEDREIRO	H	0.5500000	11.28	6.20
I	6111	SERVEANTE	H	0.5500000	7.26	3.99
MATERIAL			:	14.24	49.44 %	
MAO DE OBRA			:	14.56	50.55 %	
TOTAL COMPOSIÇÃO			:	28.81	100.00 %	
73919/	2	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 5C M2				
M. PREPARO MANUAL						
C	73449	ARGAMASSA CIMENTO/AREIA 1:4 - PREPARO MANUAL - P	M3	0.0500000	310.06	15.50
I	4750	PEDREIRO	H	0.4500000	11.28	5.07
I	6111	SERVEANTE	H	0.4500000	7.26	3.27
MATERIAL			:	11.86	49.76 %	
MAO DE OBRA			:	11.98	50.23 %	
TOTAL COMPOSIÇÃO			:	23.85	100.00 %	
73919/	3	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 4C M2				
M. PREPARO MANUAL						
C	73449	ARGAMASSA CIMENTO/AREIA 1:4 - PREPARO MANUAL - P	M3	0.0400000	310.06	12.40
I	4750	PEDREIRO	H	0.3500000	11.28	3.94
I	6111	SERVEANTE	H	0.3500000	7.26	2.54
MATERIAL			:	9.49	50.25 %	
MAO DE OBRA			:	9.40	49.74 %	
TOTAL COMPOSIÇÃO			:	18.90	100.00 %	
73919/	4	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 7C M2				
M. PREPARO MANUAL						
C	73449	ARGAMASSA CIMENTO/AREIA 1:4 - PREPARO MANUAL - P	M3	0.0700000	310.06	21.70
I	4750	PEDREIRO	H	0.5500000	11.28	6.20
I	6111	SERVEANTE	H	0.5500000	7.26	3.99
MATERIAL			:	16.61	52.07 %	
MAO DE OBRA			:	15.29	47.92 %	
TOTAL COMPOSIÇÃO			:	31.91	100.00 %	

Preços referentes a novembro/2012, data da assinatura do contrato pela SESP.



38. Considerando, por exemplo, que o “serviço de execução de contrapiso” constante da ARP seja em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), espessura 7 cm, preparo manual, valor de mercado da mão de obra, pelo SINAPI, R\$ 15,29, e adotando um BDI máximo de 30%, temos que o preço registrado em Ata, de R\$ 35,01, estaria 229% acima do mercado. Caso a espessura do contrapiso seja de 4 cm, 5 cm ou 6 cm, o sobrepreço seria 372%, 292% ou 240%, respectivamente.

39. Além desse, vários outros itens constantes da ARP aderida pela Secretaria de Esporte indicam sobrepreço quando cotejados com o SINAPI. Porém, há enorme dificuldade de verificação em função da ausência de planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, não sendo possível assim saber os requisitos básicos de precificação. Nesse ponto, releva informar que as conclusões acerca dos sobrepreços aqui efetuadas e adiante sobre a execução do contrato contaram com o suporte do Núcleo de Fiscalização de Obras deste Tribunal e levaram em consideração os preços SINAPI e PINI/Volare. A pesquisa realizada com os itens mais relevantes da OS nº 02/2012 (80% do valor total), relativa ao Centro Olímpico do Gama, foi acostada às fls. 43/46, e teve como referência o mês de novembro/2012, data da assinatura do contrato.

40. O Contrato nº 54/2012-SESP/DF foi firmado em 19.11.2012, pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, no valor anual de R\$ 9.841.197,58 (nove milhões, oitocentos e quarenta e um mil, cento e noventa e sete reais e cinquenta e oito centavos), ou seja, R\$ 27.000,00 (vinte sete mil reais) a mais que o valor da ARP, o que também representa uma irregularidade, já que o inciso II do art. 4º do Decreto Distrital nº 33.662/2012, vigente à época, restringia a adesão ao máximo de 100% da Ata aderida, e essa tem sido a posição das Cortes de Contas, conforme consta do Acórdão nº 2764/2010 – Plenário - TCU citado pelo MPJTCD/DF à fl. 04-v:

[...]

**9.2.3. abstenha-se de adquirir bens em quantidade superior à registrada na Ata de Registro de Preços**, evitando ocorrência semelhante à que consta do processo PA 624/2006, nos termos do art. 8º, § 3º, do Decreto n. 3.931/2001; (grifamos)

#### **DA INSPEÇÃO**

41. A inspeção foi autorizada por meio da Decisão nº 969/2013. Entendemos necessário ter realizado o procedimento de fiscalização tendo em vista a ausência de “informações detalhadas acerca das reais necessidades dos serviços de conservação, manutenção corretiva e correlatos”, como bem aventado pelo MPJTCD/DF na exordial de fls. 03/07.

42. Inicialmente, consultamos o Processo SESP nº 220.000.981/2012, que trata da contratação da empresa MC Incorporação e Consultoria Ltda., por meio de adesão à ARP resultante do Pregão Eletrônico nº 0171/2011-SRP/SALC, do Ministério da Defesa, a fim de verificar os novos documentos



juntados aos autos, não constante das cópias que compõem os Anexos I, II e III.

43. Observamos que o contrato já se encontrava em execução e 10 (dez) Ordens de Serviço – OS haviam sido emitidas pela SESP para a empresa MC Incorporação e Consultoria Ltda. Consultando-as, Anexo IV, observamos que três delas não se referem a manutenções/reformas de Centros Olímpicos, mas de espaços esportivos diversos: quadra poliesportiva da EQ 114/115 Sul, Autódromo Internacional Nelson Piquet e Parque da Cidade.

44. Releva destacar que o Contrato nº 54/2012-SESP/DF, fls. 685/692 – Anexo III, dispõe em sua cláusula sexta sobre o local de execução:

**Os serviços propostos** relacionados no Anexo II do Projeto Básico **deverão ser executados nos centros olímpicos**, em horário pré definido, conforme relação constante do Item 1 Do objeto do projeto Básico, a ser definido e aprovado pela CONTRATANTE. (grifamos)

45. Por sua vez, o item 1 do Projeto Básico, fl. 04 – Anexo I, fala em “espaços esportivos e centros olímpicos”, mas só relaciona as vilas olímpicas, incluído algumas sequer inauguradas, mantendo-se silente quanto aos possíveis espaços esportivos a serem contemplados. Tal impropriedade revela a imprecisão do PB, em afronta ao art. 6º, inciso IX, alíneas “c” e “d”, da Lei nº 8.666/1993.

46. Prosseguindo, ao emitir cada Ordem de Serviço – OS a SESP descreve o quantitativo de materiais e serviços a serem executados em cada Centro Olímpico ou espaço esportivo e a empresa remete à Secretaria um cronograma físico-financeiro da execução. Após, o almoxarifado da SESP recebe **e paga** os materiais a serem utilizados nas obras, antes mesmo da execução dos serviços.

47. Aqui identificamos uma irregularidade: antecipação de pagamento por material posto na obra, ou seja, pagamento de materiais a serem empregados em serviços ainda não realizados pela empresa executora. O Acórdão nº 1.620/2012 – Plenário – TCU, transcrito a seguir, condena a prática de antecipação de pagamento de material posto em obra para edificações, *in verbis*:

**Esse tipo de pagamento, que contempla a medição de material posto em obra, não é comum em edificações.** Essa técnica é usualmente aplicada a obras em que os materiais representam a maior parte dos custos de construção. Um exemplo ilustrativo são as obras de adutoras, em que os tubos correspondem a até 80% do total do empreendimento. Trata-se de elevado desembolso, sendo desarrazoado o pagamento somente após concluída sua instalação.

**Em edificações, ao contrário, a prática comum é o pagamento somente após concluso por completo o serviço**, mesmo nos casos de empreitada por preço global.



Nas obras de edificações, o peso financeiro para a contratada, ocasionado pelo transcurso de tempo entre a aquisição dos insumos e o recebimento pela conclusão da etapa de serviço, é remunerado pela taxa de BDI, em específico pelas despesas financeiras. No caso do CIAAR, o BDI do contrato prevê a taxa de 1,20% a esse título, **não sendo cabível**, em princípio, o **pagamento pela simples aquisição de materiais**. (grifamos)

48. No mesmo sentido, a Segunda Câmara do TCU se manifestou por meio do Acórdão 585/2005, conforme abaixo:

(...) informando que **o pagamento antecipado de despesas somente é cabível em situações excepcionálíssimas**, nas quais estejam presentes, **no mínimo**, as seguintes condições:

9.3.2.1. a operação **esteja prevista no ato convocatório** e respaldada na Lei nº 8.666/1993;

9.3.2.2. o processo licitatório **contenha fundamentado estudo comprovando a significativa economia de recursos**;

9.3.2.3. a operação **seja resguardada pelas necessárias garantias**, firmemente acautelada contra qualquer futuro reajuste pleiteado pelo contratado e contenha dispositivo permitindo à Administração apenar - em valores significativos - eventuais atrasos no cumprimento dos prazos contratuais;

49. Consoante o exposto, verificamos que **o caso em tela não pode ser considerado situação excepcionálíssima que enseje o pagamento antecipado para aquisição de material**. Além disso, não se verificaram as condições arroladas pela jurisprudência, a saber: previsão no edital, estudo fundamentado que comprovasse a significativa economia de recursos durante a etapa de licitação, e imposição de garantias específicas para tal. Afora isso, o Contrato Administrativo nº 54/2012-SESP/DF, fls. 685/692 – Anexo III, não traz essa previsão, apenas dispondo em sua cláusula décima terceira que “o pagamento será efetuado **após** a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Contratante”.

50. Verificou-se, ainda, que a SESP não promoveu qualquer desconto em favor da Administração pela antecipação de pagamento por material posto na obra, como prevê a Lei nº 8.666/1993 no art. 40, inciso XIV.

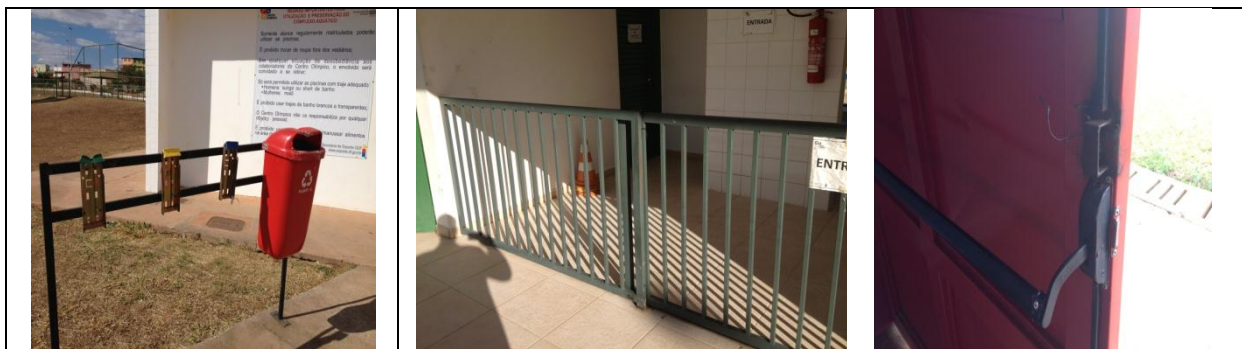
51. Consultamos ainda, por amostragem, nas dependências da SESP, os seguintes Processos:

Processo SESP nº	Local das Manutenções e Reparos
220.000.272/2013	Centro Olímpico de Brazlândia
220.000.283/2013	Centro Olímpico do Recanto das Emas
220.000.368/2013	Centro Olímpico de Samambaia
220.000.379/2013	Centro Olímpico de Ceilândia
220.000.380/2013	Centro Olímpico de Santa Maria
220.000.395/2013	Centro Olímpico da Estrutural
220.000.421/2013	Autódromo Internacional Nelson Piquet



52. Posteriormente, realizamos visitas *in loco* aos seguintes locais: Quadras poliesportivas 114/115 Sul; Parque da Cidade; Centro Olímpico de Samambaia, Centro Olímpico do Riacho Fundo e Centro Olímpico da Ceilândia (Parque da Vaquejada), onde identificamos algumas irregularidades, conforme descreveremos a seguir. Antes, destacamos que, à exceção das quadras poliesportivas, todos os locais estavam com o prazo previsto no cronograma físico da obra expirado, porém os serviços ainda não haviam sido concluídos, tampouco nos dias de visitas encontramos com algum empregado da empresa contratada realizando qualquer tipo de serviço.

53. Nas visitas aos centros olímpicos, em contato com os diretores ou responsáveis presentes, identificamos que as manutenções necessárias são, de fato, aquelas descritas às fls. 640/654 – Anexo III. Tais demandas, como bem salientou o MPJTCDF em sua Representação, fl. 03-v, são bem diferentes do objeto da Ata aderida e incluem: troca de lâmpadas, reposição de lixeiras de plástico, instalação de portões, postes e refletores, tapetes antiderrapantes, aumento de alambrado, solda de portões, etc.



Vilas Olímpicas em Ceilândia/DF e Samambaia/DF.

54. Essa falta de similaridade entre o objeto de que necessita a Administração e o da ata de registros de preços configura fuga à obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório previsto no art. 2º da Lei nº 8.666/93.

55. Além disso, a adesão a uma ARP cujo objeto não se adequa perfeitamente às necessidades pode gerar grandes riscos à Administração Pública. Entre eles, por exemplo, acordos entre as partes envolvidas fora do ambiente da adesão, em afronta aos princípios da moralidade e da transparência administrativa dos atos, além de princípios como competitividade, impessoalidade e isonomia.

56. Nas visitas *in loco* realizadas, verificamos que, no caso do Centro Olímpico do Riacho Fundo, inaugurado em 22.03.2012, a empresa executou o serviço de impermeabilização da caixa d'água que estava apresentando vazamento. Ocorre que se o reservatório apresentou vazamento, deveria a empresa construtora ter sido acionada, em função do período quinquenal de garantia da obra, e não a Administração suportar o ônus de realizar o reparo. O mesmo foi verificado para troca de fiação que não estava suportando a rede elétrica. Nesse ponto reproduzimos trecho da





Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) nº 003/2011

**4.1 O controle da Administração Pública sobre o desempenho das obras recebidas é assegurado fundamentalmente pelo art. 618 do Código Civil**, o qual impõe que *nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo.*

**4.2 Tal controle também é assegurado pelo art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93, Lei de Licitações e Contratos**, que determina: *O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.*

**4.3 A aplicação do Código Civil aos contratos da Administração Pública é assegurado pelo art. 54 da Lei nº 8.666/93**, que dispõe: *Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.*

**4.4 A responsabilidade por defeitos precoces nas obras atinge também os projetistas ou empresas de consultoria, por falhas ou omissões nos projetos, ainda que estes tenham sido recebidos e aprovados pela Administração Pública.**

**4.5 A notificação aos responsáveis por quaisquer defeitos verificados em obras públicas, durante o prazo quinquenal de garantia, é assegurada em função da sua responsabilidade objetiva, determinada pela lei, cabendo a estes as eventuais provas de excludência de culpabilidade, que devem se limitar tão somente às alegações de: caso fortuito, motivo de força maior, culpa exclusiva de terceiros e inexistência do defeito.**

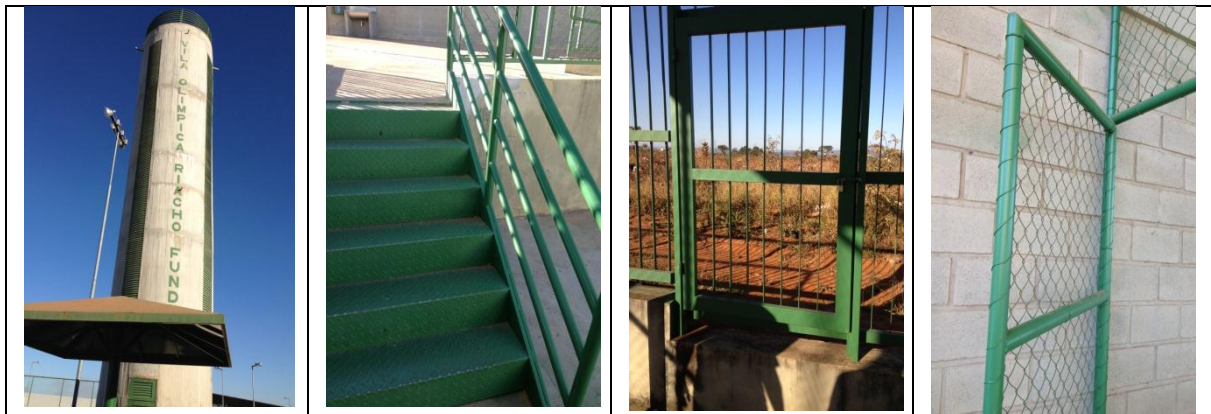
**4.6 Os Gestores Públicos, durante o prazo quinquenal de garantia, são obrigados a notificar os responsáveis pelos defeitos verificados nas obras públicas. Sua omissão ou a realização de quaisquer despesas para as correções, sem observância dos procedimentos tratados nesta Orientação Técnica, são tipificadas pelo art. 10 da Lei nº 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa**, que define: *Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei.* (grifamos)

57. Ainda no Riacho Fundo, identificamos que a empresa MC Incorporação e Consultoria Ltda executou, por exemplo, serviços de

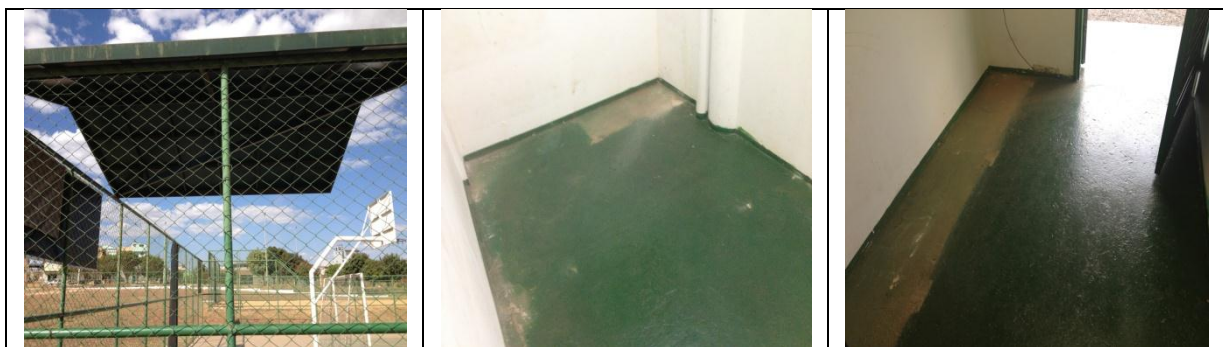




abertura de portões em grades e alambrados e colocação de escadas metálicas, ou seja, serviços de serralheria, sendo que não há previsão de tais itens na Ata aderida.



58. Em relação ao Centro Olímpico de Ceilândia, verificamos a realização de colocação de uma espécie de cobertura metálica, sendo que o item não está previsto na Ata. Já no de Samambaia, ao questionarmos onde seria executado o serviço de instalação de piso cerâmico, já que a OS emitida prevê a colocação de 180 m<sup>2</sup>, nos foi mostrado, como único local onde o serviço será realizado, uma sala de, no máximo, 20 m<sup>2</sup>:



59. Por sua vez, a OS nº 004/2013, fl. 10 – Anexo IV, que traz a descrição dos materiais/serviços a serem executados na reforma da quadra poliesportiva na EQ 114/115 Sul, contempla, por exemplo, “demolição de piso cimentado, sobre lastro de concreto – 620 m<sup>2</sup>” e “serviço de execução de contrapiso – 820 m<sup>2</sup>”. Porém, em visita ao local, identificamos que o “serviço de execução de piso cimentado desempenado” contempla sinais de ter sido realizado sobre o piso da quadra que já existia.

60. Desse modo, há indícios de não ter havido “demolição de piso cimentado, sobre lastro de concreto – 620 m<sup>2</sup>” conforme consta da OS e, consequentemente, o “serviço de execução de contrapiso” se ocorreu, restringiu-se, no máximo, ao preenchimento de imperfeições do piso antigo. Assim, o serviço de “remoção de entulho em caçamba metálica, inclusive carga manual e bota-fora” prevista na OS também não teria sido executado. No entanto, os serviços foram atestados conforme descrito na Ordem de Serviço, a exceção do “serviço de instalação de esquadria de ferro em chapa dobrada com veneziana”, e pagos pela SESP. Releva



destacar que o **material** “esquadria de ferro em chapa dobrada veneziana”, apesar de não utilizado, também já havia sido pago em função da adoção irregular de material posto na obra tratada anteriormente.



61. Assim, verificamos que no caso da execução da reforma da quadra poliesportiva EQ 114/115 Sul há indícios de **serviços não executados ou serviços executados em quantidade menor que a medida**, porém pagos, o que representa grave irregularidade. Do mesmo modo, a OS, bem como a Ata, não contempla colocação de alambrados, porém, eles são novos. Nesse caso, não podemos precisar se a SESP teria atestado alguns serviços sem execução em troca de outros não previstos no contrato ou se teria utilizado mais de um contrato para a reforma das quadras, por exemplo.

### CONCLUSÕES

62. O exame aqui proferido revelou elevado número de graves irregularidades no procedimento de adesão à Ata de Registro de Preços – ARP resultante do Pregão Eletrônico – PE nº 0171/2011-SRP/SALC, do Ministério da Defesa, por parte da Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal – SESP/DF, pois:

- a) não houve prévio planejamento da contratação, ou seja, o Projeto Básico foi formulado a partir da Ata e não de modo prévio e adequado às necessidades da Secretaria, como deveria;
- b) a “descrição dos itens e quantitativos”, constante do Projeto Básico, não os detalham em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, conforme dispõe o § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/1993;



c) o contrato foi firmado em valor superior ao registrado na ARP; e

d) há fortes indícios de sobrepreço em relação aos valores registrados na Ata; e

63. Além disso, quando da realização de inspeção identificamos o seguinte:

a) imprecisão do Projeto Básico, em afronta ao art. 6º, inciso IX, alíneas “c” e “d”, da Lei nº 8.666/1993;

b) antecipação de pagamento por material posto na obra, ou seja, pagamento de materiais a serem empregados em serviços ainda não realizados pela empresa executora;

c) o objeto contratado é inadequado às necessidades de manutenção dos Centros Olímpicos e espaços esportivos;

d) serviços não executados ou executados em quantidade menor que a medida;

e) não acionamento dos responsáveis pela construção da obra para reparação de defeitos dentro do prazo quinquenal de garantia da obra; e

f) superfaturamento, em função dos indícios de sobrepreço.

64. Assim, em função das várias desconformidades identificadas tanto na contratação como na execução, e considerando que a Decisão nº 969/2013 não ofereceu a oportunidade de a jurisdicionada prestar esclarecimentos quanto aos pontos abordados na Representação, somos por reputar necessário, em atenção aos princípios da ampla defesa e do contraditório, que seja concedido prazo à SESP para que apresente as justificativas acerca da Representação em análise e das irregularidades citadas nesta instrução, resumidas nos parágrafos 62 e 63.

65. Como os desdobramentos destes autos podem refletir no contrato entre a SESP e a MC Incorporação e Consultoria Ltda., somos por considerar pertinente que, desde logo, a empresa tome ciência do processo e também tenha prazo para se manifestar acerca da Representação em análise e das irregularidades citadas nesta instrução, resumidas nos parágrafos 62 e 63.

66. Também reputamos pertinente que seja determinado à jurisdicionada, com fulcro no art. 198 do Regimento Interno desta Corte, a suspensão *ad cautelam* dos pagamentos e da emissão de novas Ordens de Serviço à empresa MC Incorporação e Consultoria Ltda. até ulterior deliberação do Tribunal, em função das irregularidades verificadas na contratação por adesão à ARP e nos graves indícios de irregularidades verificados na execução contratual, que podem resultar em danos ao erário de difícil e incerta recuperação. Além disso, os serviços alcançados pelo contrato não são essenciais.

67. Informamos, por fim, que no exercício de 2013 já foram empenhados





R\$ 3.379.777,36 (três milhões, trezentos e setenta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), dos quais R\$ 2.201.537,15 (dois milhões, duzentos e um mil, quinhentos e trinta e sete reais e quinze centavos) já foram liquidados e pagos.

O órgão técnico sugere que o Tribunal:

- I. tome conhecimento da documentação constante do Anexo IV e das peças de fls. 21/42;
- II. delibere sobre a suspensão *ad cautelam* dos pagamentos e da emissão de novas Ordens de Serviço à empresa MC Incorporação e Consultoria Ltda. até ulterior deliberação do Tribunal, em função dos indícios de irregularidades verificadas na contratação por adesão à ARP e na execução contratual, que podem resultar em danos ao erário de difícil e incerta recuperação;
- III. determine à Secretaria de Estado de Esporte que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes acerca dos pontos questionados na Representação e das irregularidades citadas nesta instrução e resumidas nos parágrafos 62 e 63;
- IV. conceda à empresa MC Incorporação e Consultoria Ltda., nos termos do parágrafo 6º do art. 195 do Regimento Interno do TCDF, a oportunidade de apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, as alegações que entender pertinentes acerca dos pontos questionados na Representação e das irregularidades citadas nesta instrução e resumidas nos parágrafos 62 e 63;
- V. autorize:
  - a) o encaminhamento de cópia da Representação nº 08/2013 – CF, fls. 03/07, da presente instrução e do voto do Relator à jurisdicionada e a empresa MC Incorporação e Consultoria Ltda., com vistas a subsidiar o encaminhamento dos esclarecimentos e alegações que entenderem pertinentes;
  - b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

O Ministério Público, nos termos do Parecer nº 1.243/13-CF, concorda com a unidade técnica.

É o Relatório.



## VOTO

A Representação do Ministério Público questiona a adesão, por parte da Secretaria de Estado de Esporte – SESP/DF, à ARP nº 0171/2011-SRP/SALC, do Comando Militar da Amazônia, 12ª Região Militar, Hospital de Guarnição de Porto Velho, com a finalidade de prestar a manutenção preventiva/corretiva das vilas olímpicas do GDF.

O Tribunal, nos termos de sua Decisão nº 969/13, autorizou inspeção para averiguar os questionamentos do *Parquet*.

O Relatório de Inspeção nº 09/13 – 1ª DIACOMP/SEACOMP, de fls. 47/65, levantou diversas possíveis irregularidades na contratação, pertinentes ao planejamento, à composição do projeto básico, à compatibilidade do objeto constante da ata com as necessidades dos centros olímpicos, ao acompanhamento da execução e a consistentes indícios de sobrepreço.

Manifesto-me, inicialmente, quanto ao pedido de suspensão de pagamentos.

Trata-se de medida de cunho cautelar, que exige, portanto, o cumprimento dos requisitos do *periculum in mora* e o *fumus boni juris*.

Embora a fundamentação do órgão técnico demonstre a possível existência de falhas na contratação, o fato é que o Contrato nº 54/2012-SESP/DF foi firmado em 19.11.12, pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, ainda que prorrogável por até 60 (sessenta) meses.

Nota-se, de plano, que falece razoabilidade à pretensão de suspensão de pagamentos de um contrato firmado há praticamente um ano, cuja vigência está prestes a expirar. Sob esse ângulo, a urgência já se encontra há muito descaracterizada, o que afasta de imediato, o risco na demora e descumpre os requisitos de deferimento da medida antecipatória.

Assim, indefiro a cautelar.

Quanto ao mérito, os autos estão, agora, em fase de cumprimento do art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 1, de 09 de maio de 1994, remetendo-se cópia do relatório de inspeção ao jurisdicionado para manifestação prévia.



Assim, acompanhando em parte os termos da instrução, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I - tome conhecimento da documentação constante do Anexo IV e das peças de fls. 21/42;

II - negue a cautelar requerida para suspensão de pagamentos e de emissão de novas ordens de serviço à contratada;

III - autorize, nos termos do art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 1, de 09 de maio de 1994, a remessa de cópia do relatório de inspeção à Secretaria de Estado de Esporte para manifestação prévia, no prazo de 15 (quinze) dias;

IV - conceda, à contratada referida no parágrafo 7 do relatório de inspeção, o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, manifestar-se quanto aos pontos questionados na representação e às irregularidades citadas no referido relatório, sintetizadas em seus parágrafos 62 e 63;

V - autorize:

a) o encaminhamento de cópia da Representação nº 08/2013 – CF, do Relatório de Inspeção nº 09/13 – 1ª DIACOMP/SEACOMP e deste voto à Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal e à empresa contratada, com o objetivo de subsidiar o encaminhamento dos esclarecimentos e alegações que entenderem pertinentes;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Sala das Sessões, 22 de outubro de 2013.

**ANILCÉIA MACHADO**  
Conselheira-Relatora